

JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos e, por meio de sua controlada Real Empreendimentos S.A., na administração de imóveis e no comércio imobiliário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 17 de março de 2014.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

- As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pela edição de pronunciamentos por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e normas brasileiras aprovadas pelo CFC- Conselho Federal de Contabilidade.

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A- (direta)
- Josapar Internacional-(direta)
- Copérnico S/A- (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda- (indireta)
- Real Rio Grande Ltda- (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A- (indireta)

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por não ser aplicável para a empresa.

- Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627/13

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e introduziu alterações no Decreto Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido. Adicionalmente trouxe outras providências, dentre as quais:

- a) estabeleceu que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Medida Provisória, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que a lei tributária regule a matéria;
- b) incluiu tratamento específico sobre potencial de tributação de lucros ou dividendos distribuídos no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2013;
- c) incluiu disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio para os anos calendários de 2008 a 2013, utilizando as contas do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, desconsiderando os valores relativos a ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação;
- d) trouxe novas disposições quanto a tributação das empresas subsidiárias no exterior.

As disposições previstas na Medida Provisória nº 627 têm vigência obrigatória a partir do exercício de 2015. Entretanto a mesma faculta a opção pela sua adoção antecipada para o exercício de 2014, opção que pode eliminar potenciais efeitos tributários relacionados com o pagamento de dividendos realizados até a data de sua publicação, bem como de juros sobre o capital próprio e resultados de equivalência patrimonial.

A Administração da Companhia elaborou estudos e concluiu que não existem efeitos tributários significativos que possam advir da aplicação dos preceitos da referida Medida Provisória.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 40 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

e) Imobilizado, intangível e diferido

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

A política de distribuição de lucros, não leva em conta, os impactos da adoção dos CPCs.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes á controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

g) Imposto de Renda e contribuição social

Estão calculados com base no lucro real, sendo Imposto de Renda à alíquota de 15% mais 10% de adicional, e contribuição social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

h) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

i) Provisões para Contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

j) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

k) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da Companhia e sua controlada as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento encontra-se em 40 dias e a perda reconhecida no ano foi de 0,06% sobre o faturamento.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à variação taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ativos				
Aplicações financeiras	-	4.846	-	4.846
Contas a receber de clientes	7.844	11.608	7.844	11.608
	7.844	16.454	7.844	16.454
Empréstimos e financiamentos	23.886	27.811	23.886	27.811
	23.886	27.811	23.886	27.811
Exposição passiva líquida	(16.042)	(11.357)	(16.042)	(11.357)

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI e TJLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a Companhia contratou alguns financiamentos em moeda estrangeira regulados pelas Resoluções 2.770/00 e 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pela Lei 4.131/62. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a Companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

	Linha	Contratação	Valor	Custo		Indexador	31.12.2013	Vencimento
1	2770	30/11/12	R\$1.360	1,75%	Passivo	CDI	R\$1.515	25.04.2014
	Swap	30/11/12	USD 670	1,85%	Ativo	US\$		
2	4131	21/12/12	R\$15.000	1,99%	Passivo	CDI	R\$15.034	18.12.2014
	Swap	21/12/12	USD 7.218	2,77%	Ativo	US\$		
3	4131	08/04/13	R\$18.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$18.451	08.10.2014
	Swap	08/04/13	USD 8.904	2,70%	Ativo	US\$		
4	4131	09/05/13	R\$20.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$20.339	30.04.2015
	Swap	09/05/13	USD 9.942	1,60%	Ativo	US\$		
5	3844	20/06/13	R\$40.000	2,10%	Passivo	CDI	R\$40.183	01.06.2016
	Swap	20/06/13	USD 18.332	2,85%	Ativo	US\$		
6	4131	16/09/13	R\$20.000	1,70%	Passivo	CDI	R\$20.631	08.09.2015
	Swap	16/09/13	USD 8.700	3,23%	Ativo	US\$		
							R\$116.153	

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade base 31.12.2013 em R\$ mil:

Risco: alta do CDI CDI Dez/2013: 10,00% a.a

Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção 10,00% CDI aa	> 25% 12,50% CDI aa	> 50% 15,00% CDI aa
Data base	Valor	Spread	Index	Vencimento			
31.12.2013	R\$116.153	diversos	CDI	diversos	R\$140.607	R\$146.083	R\$151.677
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ 0	R\$5.476	R\$11.070

* O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º. da Instrução CVM 475/08.

** Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Clientes nacionais	173.095	170.949	182.166	178.282
Clientes no exterior	7.844	11.608	7.844	11.608
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.085)	(916)	(5.011)	(3.916)
Total	179.854	181.641	184.999	185.974

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Adiantamentos fornecedores de arroz	105.728	70.859	105.728	70.859
Adiantamentos fornecedores diversos	8.627	2.629	8.627	2.629
Total	114.355	73.488	114.355	73.488

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Produtos acabados e semi-elaborados	52.002	58.719	52.002	58.719
Mercadorias para revenda	2.934	680	2.934	680
Matérias-primas	78.763	67.863	78.763	67.863
Produtos com terceiros	253	358	253	358
Outros	8.506	6.295	8.506	6.295
Imóveis	-	-	34.789	34.998
Total	142.458	133.915	177.247	168.913

8. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO CIRCULANTE				
INSS	433	433	433	433
PIS e COFINS	35.864	29.732	35.873	29.787
ICMS	3.506	3.088	3.506	3.088
IRRF- saldo declaração	1.146	403	1.285	551
Habilitação crédito REFIS pago a maior	-	-	1.636	1.958
IRPJ e CSLL- saldo negativo	2.293	2.347	2.295	2.390
Soma	43.242	36.003	45.028	38.207
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
ADIR estadual	229	229	229	229
PIS COFINS e ICMS s/ imobilizado	971	902	971	902
FINSOCIAL	1.575	-	1.575	-
Soma	2.775	1.131	2.775	1.131
IRPJ e CSLL diferidos	346	687	681	1.009
Total	3.121	1.818	3.456	2.140

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno, os quais são substancialmente compensados com outros tributos federais.

Os demais saldos serão compensados nas operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre Controladas

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Juros s/ capital próprio	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S/A	185.740	54,75	260.926	49.500	11.205	4.000	3.945
Josapar Internacional	50	100	144	117	-	-	-

b) Composição dos Investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades para investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2012	138.559	126	510	139.195	273.642	2.995	276.637
Reflexo controladas	351	18	-	369	-	43	43
Equivalência patrimonial	3.945	-	-	3.945	-	-	-
Propriedades p/ Investimentos	-	-	-	-	23.151	-	23.151
Em 31 de dezembro de 2013	142.855	144	510	143.509	296.793	3.038	299.831

10. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIFERIDO

Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	26.211	99.740	248	58.268	5.622	12.665	202.754
Adições	28	1	553	5.880	16.264	217	22.943
Baixas	-	-	(313)	(612)	(1.435)	(2)	(2.362)
Baixa depreciação	-	-	328	26	-	4	358
Transferências	-	81	-	876	(1.244)	287	-
Depreciação	-	(2.421)	(67)	(5.020)	-	(1.625)	(9.133)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	26.239	97.401	749	59.418	19.207	11.546	214.560
Adições	1.108	179	39	12.732	16.426	529	31.013
Baixas	-	-	(154)	(1.016)	(63)	(6)	(1.239)
Baixa depreciação	-	-	113	725	-	5	843
Transferências	-	9.992	-	2.900	(14.842)	1.950	-
Depreciação	-	(2.402)	(131)	(5.606)	-	(1.478)	(9.617)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	27.347	105.170	616	69.153	20.728	12.546	235.560

Consolidado

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	169.918	211.393	925	58.753	6.702	13.174	460.865
Adições	28	1	1.078	5.881	17.938	933	25.859
Baixas	-	-	(313)	(612)	(1.435)	(2)	(2.362)
Baixa depreciação	-	-	328	26	-	4	358
Propriedades p/ Investimento	(143.707)	(111.653)	-	-	-	-	(255.360)
Transferências	-	81	-	876	(1.244)	287	-
Depreciação	-	(2.421)	(189)	(5.034)	-	(2.123)	(9.767)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	26.239	97.401	1.829	59.890	21.961	12.273	219.593
Adições	1.108	179	284	12.732	18.296	587	33.186
Baixas	-	-	(679)	(1.016)	(2.361)	(42)	(4.098)
Baixa depreciação	-	-	113	725	-	5	843
Propriedades p/ Investimento	-	-	-	-	(1.211)	-	(1.211)
Transferências	-	9.992	-	2.900	(14.842)	1.950	-
Depreciação	-	(2.402)	(384)	(5.620)	-	(1.631)	(10.037)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	27.347	105.170	1.163	69.611	21.843	13.142	238.276

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total	Marcas e patentes/ direito de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2011	1.613	197	1.810	1.648	198	1.846
Adições	213	76	289	213	94	307
Depreciação	-	(132)	(132)	-	(133)	(133)
Valor residual em 31 de dezembro de 2012	1.826	141	1.967	1.861	159	2.020
Adições	-	96	96	-	96	96
Depreciação	-	(84)	(84)	-	(89)	(89)
Valor residual em 31 de dezembro de 2013	1.826	153	1.979	1.861	166	2.027

As taxas de depreciação calculadas pelo método linear foram ajustadas de acordo com a nova vida útil de cada bem:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização da reserva de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2013 foi de R\$ 429 empresa -(R\$1.036 em 2012), e consolidado R\$ 1.487 -(R\$ 1.173 em 2012). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre a reserva de reavaliação de ativos próprios, de acordo com as alíquotas vigentes.

DIFERIDO

O saldo do diferido em 31 de dezembro de 2013 é de R\$103 -(R\$132 em 2012), a amortização no exercício foi de R\$ 29 -(R\$33 em 2012), calculada pelo método linear a taxa anual de 10%.

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
<u>Moeda interna</u>	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Financiamento para investimentos	7.582	8.164	7.582	8.440
Crédito Rural-EGF	40.631	40.768	40.631	40.768
Capital de giro	264.503	122.362	264.578	122.362
Arrendamento mercantil	83	74	217	205
Total	312.799	171.368	313.008	171.775
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	4.784	9.609	4.784	9.609
Capital de Giro-FINIMP	19.103	16.158	19.103	16.158
Total	23.887	25.767	23.887	25.767
TOTAL CIRCULANTE	336.686	197.135	336.895	197.542
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	26.841	27.759	26.841	28.046
Capital de giro	243.218	237.359	243.359	237.359
Arrendamento mercantil	8	92	31	249
Total	270.067	265.210	270.231	265.654
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	-	2.044	-	2.044
Total	-	2.044	-	2.044
TOTAL NÃO CIRCULANTE	270.067	267.254	270.231	267.698
Vencimentos de longo prazo	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
2014	-	162.771	-	163.072
2015	182.097	71.330	182.206	71.473
2016	48.622	17.321	48.677	17.321
2017	24.166	10.876	24.166	10.876
2018	9.115	2.063	9.115	2.063
2019	1.874	1.089	1.874	1.089
2020	1.704	902	1.704	902
2021	1.640	902	1.640	902
2022	614	-	614	-
2023	235	-	235	-
Total	270.067	267.254	270.231	267.698

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,55% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,15% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,41% a.a
Investimentos em moeda estrangeira	VC US\$ + Libor	4,25% a.a
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	2,20% a.a
Crédito Rural-EGF - recursos obrigatórios	Pré-fixado	5,50% a.a
Capital de Giro	CDI	1,70% a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural são contratados a taxa pré-fixada de 5,5%a.a. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, bens do ativo imobilizado de sua controlada, Real Empreendimentos S.A. e penhor mercantil de estoques para as operações de Crédito Rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas das Resoluções 2.770, 3.844 e Lei 4.131. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (Dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$ 8.154 mil, aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

Em Janeiro de 2013 houve consenso entre a Companhia e a IFC quanto à disputa judicial até então vigente e o pagamento da primeira parcela do acordo. O saldo de R\$4.784, equivalente a US\$ 2.042 em 31.12.2013 será pago em mais duas parcelas em janeiro e julho de 2014, com encargos de Libor + 4,25% aa.

12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos decorrentes das operações realizadas durante os exercícios com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Juros s/ capital próprio	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	70	-	1.867	-	-
Outros	18	(773)	-	1.640	(773)
Em 31.12.2013	88	(773)	1.867	1.640	(773)
Real Empreendimentos S.A.	31	-	2.199	-	-
Outros	20.118	-	-	21.484	-
Em 31.12.2012	20.149	-	2.199	21.484	-

As transações praticadas com partes relacionadas seguem políticas estabelecidas entre as partes, que poderiam ser diferentes se praticadas entre partes não relacionadas.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS - NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Tributos s/ deprec. Incentivada	546	953	1.407	1.958
IRPJ e CSLL diferidos(*)	2.533	1.080	2.533	1.080
REFIS(**)	12.113	11.821	12.141	11.821
	<u>15.192</u>	<u>13.854</u>	<u>16.081</u>	<u>14.859</u>

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 14.b

(**) Vide nota 18

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos - Ativo realizável a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Contribuição social diferida	92	182	181	267
Imposto de renda diferido	254	505	500	742
	<u>346</u>	<u>687</u>	<u>681</u>	<u>1.009</u>

b) Natureza dos tributos diferidos - Passivo exigível a longo prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Contribuição social diferida	671	286	671	286
Imposto de renda diferido	1.862	794	1.862	794
	<u>2.533</u>	<u>1.080</u>	<u>2.533</u>	<u>1.080</u>

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Corrente				
Contribuição social	(4.620)	(6.844)	(6.274)	(8.017)
Imposto de renda	(12.660)	(18.699)	(17.171)	(21.901)
	<u>(17.280)</u>	<u>(25.543)</u>	<u>(23.445)</u>	<u>(29.918)</u>
Diferido				
Contribuição social	(384)	(156)	(380)	(168)
Imposto de renda	(1.068)	(434)	(1.058)	(468)
	<u>(1.452)</u>	<u>(590)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>(636)</u>
	<u>(18.732)</u>	<u>(26.133)</u>	<u>(24.883)</u>	<u>(30.554)</u>

d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Resultado antes da CS e do IR	37.932	59.721	49.092	69.111
Eliminações/ajustes efeito controlada	-	-	7.033	6.696
	37.932	59.721	56.125	75.807
Despesa tributária pela alíquota oficial (IR – 25%; CS – 9%)	(12.897)	(20.305)	(19.083)	(25.774)
Exclusões (adições) permanentes	128	81	104	1.070
Exclusões (adições) temporárias	(5.928)	(6.393)	(5.928)	(6.393)
Outros	(35)	484	24	543
	(18.732)	(26.133)	(24.883)	(30.554)

A Companhia reconheceu em exercícios anteriores, créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre saldos de variação cambial diferido, conforme a Deliberação CVM nº. 371/02, os quais são realizados de acordo com os vencimentos dos contratos em moeda estrangeira.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2013	31.12.2012
Lucro líquido do exercício	19.200	33.588
Reserva legal	(960)	(1.679)
Lucro líquido para cálculo dos dividendos	18.240	31.909
Dividendos propostos - 30%	5.472	9.573

Os dividendos propostos correspondem a R\$516,44 -(R\$903,47 em 2012) por lote de mil ações ordinárias e R\$568,08 -(R\$993,81 em 2012) por lote de mil ações preferenciais.

Em AGE de 12 de julho de 2013, foi aprovado a distribuição de dividendos extraordinários no valor de R\$35.000, utilizando reserva de lucros, sendo pagos integralmente em outubro deste exercício.

c) Reserva Legal

O saldo da rubrica “Reserva legal”, tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$9.825 -(R\$8.865 em 2012).

16. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
Por função:	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Custos dos produtos	(689.897)	(645.380)	(690.463)	(645.419)
Despesas c/vendas	(157.710)	(136.588)	(157.823)	(136.668)
Despesas gerais administrativas	(59.081)	(60.716)	(71.440)	(70.542)
Remuneração dos administradores	(1.865)	(1.625)	(3.467)	(3.120)
Outras receitas	964	5.408	7.434	9.736
	(907.589)	(838.901)	(915.759)	(846.013)

	Controladora		Consolidado	
Por natureza:	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Depreciações e amortizações	(8.887)	(8.940)	(9.312)	(9.575)
Despesas c/pessoal	(55.811)	(51.945)	(60.701)	(56.867)
Matérias primas e materiais	(549.441)	(516.028)	(550.006)	(516.099)
Frete	(98.191)	(88.092)	(98.191)	(88.094)
Outras	(195.259)	(173.896)	(197.549)	(175.378)
	(907.589)	(838.901)	(915.759)	(846.013)

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	115.000	Junho 2014
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos e danos morais.	RC	1.000	Junho 2014
Responsabilidade Civil	Administradores	RC D&O	5.000	Junho 2014
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2014
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Agosto 2014
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional	US\$ 5.000	Agosto 2014

18. TRIBUTOS PARCELADOS

TRIBUTOS	Controlada		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
PIS e COFINS	5.254	6.010	5.254	6.010
Imposto de renda retido na fonte	1.600	1.831	1.600	1.831
Imposto de renda e contribuição social	7.002	5.097	7.071	5.097
	13.856	12.938	13.925	12.938

Em 2009 a empresa aderiu ao programa Refis IV, instituído pela Lei 11.941/2009, incluindo débitos pendentes de liquidação por falta de homologação da compensação de créditos por parte da RFB, que ainda encontravam-se em discussão até aquela data.

Em 31 de dezembro de 2013, aproveitando a reabertura do Refis IV instituída pelo artigo 17 da Lei 12.865/2013 que alterou os prazos de adesão à Lei 11.941/2009, a Companhia incluiu o valor de R\$3.474, decorrente de débitos de Imposto de renda e Contribuição Social, pendentes até 30 de novembro de 2008, os quais a companhia vinha discutindo na esfera administrativa/judicial. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013 o montante do parcelamento atualizado, e líquido das parcelas pagas, é de R\$13.856 empresa -(R\$13.926 consolidado), em 2012 -R\$12.938(empresa e consolidado).

Nestas demonstrações o Refis, esta sendo apresentado na rubrica "obrigações sociais e tributárias", no circulante R\$1.743 empresa -(R\$1.784 consolidado), em 2012-R\$ 1.117(empresa e consolidado) e no não circulante R\$12.113 empresa -(R\$12.141 consolidado), em 2012 -R\$11.821 - (empresa e consolidado).

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

a) A Companhia adota o critério de constituir provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como perda provável. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam em andamento processos de natureza tributaria, no montante de aproximadamente R\$49.488, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, foram consideradas como de perda possível, mas não provável, e para os quais a Administração da Companhia entende, não ser necessário a constituição de provisão.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Passivo circulante</u>				
Provisão para contingências	37.560	27.910	39.335	29.010
(-) Depósitos judiciais	(2.373)	(2.286)	(4.148)	(3.386)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	35.187	25.624	35.187	25.624

b) A Companhia postula, por meio de processo judicial no STF, impetrado em 2000, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2013, calculado a partir de 1995 até o advento das Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/04, ainda não contabilizado, está em R\$31.354– controladora e consolidado (31 de dezembro de 2012: R\$30.515 – controladora e consolidado). Atualmente, essa tese encontra-se com julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal, por pedido de vistas de ministros, e está com placar favorável aos contribuintes de seis votos, contra um para o fisco.

c) A Companhia e a controlada, Real Empreendimentos S.A., esta na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida por Sonae Distribuição do Brasil (sucrida por WMS Supermercados do Brasil LTDA) que em 28 de julho de 2010 foi julgada, em primeiro grau, parcialmente procedente, com condenação ao pagamento de R\$38.981. A Companhia protocolou apelação, julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando provimento parcial às suas pretensões, reduzindo

o valor inicial de condenação para R\$17.737, e reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m. mais IGP-M, contados do ajuizamento da ação (março 2004). Ambas as partes interpuseram embargos de declaração. A estimativa dos consultores legais da companhia é que a improcedência é uma hipótese provável e a redução do valor da condenação uma hipótese possível. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a Companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela Real Empreendimentos S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	RESPONSÁVEL TÉCNICA
Lauro de Oliveira Lapa (Presidente)	Luciano Adures de Oliveira (Diretor-presidente)	Mara Lúcia Soares da Fonseca (Contadora CRC-RS 50.772)
Luciano Adures de Oliveira (Vice-presidente)	Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Diretor-Vice Presidente e Relações c/ Investidores)	
Ary Teixeira de Oliveira	Luiz Augusto Barcelos Krause (Diretor Comercial)	
Augusto Lauro de Oliveira Júnior		
Joaquim Luiz Teixeira de Oliveira Júnior	Marcelo Augusto Furlan dos Santos (Diretor administrativo e financeiro)	
João Carlos de Oliveira Júnior		
Sérgio Martins de Oliveira (Conselheiros)		